As convenções nacionais da Arena e o processo de disciplinarização do partido.

DANIEL DE ALBUQUERQUE BAHIENSE*

O propósito deste artigo é analisar as transformações pelas quais a Aliança Renovadora Nacional (Arena) passou ao longo dos três primeiros governos da ditadura brasileira. Partido que ajudou a dar sustentação política ao regime ditatorial, de 1965 a 1979, a Arena foi sendo moldada conforme se processavam as transformações politicas no Brasil. Propalada como símbolo da institucionalização da política ditatorial, no governo Castelo Branco, correu risco de extinção logo após a decretação do Ato Institucional nº 5 e da crise de sucessão desencadeada pela morte de general-presidente Costa e Silva (1967-1969). Criada para ser o "partido político da revolução" - nomenclatura bastante utilizada por políticos e lideranças militares que defendiam o apoio irrestrito dos arenistas à ditatura – a Arena sonhou conciliar os seus interesses, em pé de igualdade, com os governos ditatoriais que se seguiram ao golpe empresarial-militar de 1964. Entretanto, a ditadura escolheu para a Arena a função de anteparo entre o Congresso Nacional e seus governos e, entre esses e a sociedade brasileira, levando o partido a sucumbir às regras políticas impostas pelo aparato burocrático-empresarial-militar, tendo, por fim, os seus limites de atuação política estabelecidos.

Procuraremos com este trabalho recuperar um pouco dessa trajetória não linear, tomando como referência as três primeiras Convenções Nacionais realizadas pela Arena, nas quais se perceberá, progressivamente, o que aqui estamos nomeando como o processo de disciplinarização do partido[1]. O ato de disciplinarizar será entendido como a delimitação do campo específico de atuação e participação política, condicionado aos objetivos tático-estratégicos estabelecidos pelos dirigentes do regime ditatorial brasileiro. A Arena seria, portanto, uma peça-chave para a institucionalização, no Congresso Nacional, das leis gestadas pelo Executivo, além de um caminho de diálogo institucional com a oposição consentida - sem permitir que a mesma, em nenhuma circunstância, ocupasse qualquer cargo de liderança nas Casas Parlamentares, ou nas Comissões Parlamentares de assumida relevância política a partir do fastígio do regime ditatorial -; além disso, seria um elemento mobilizador capaz de atingir a maior quantidade possível de eleitores, fosse em eleições controladas ou não. Daí a

* Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS-UFRJ). Doutorando. Bolsista Faperj.

[1] Importante destacar que os estudos sobre "disciplina ou unidade partidária", normalmente utilizados como sinônimo, estão inseridos em pesquisas no campo da Ciência Política sobre a proporção com que membros de um partido votam em votações nominais tidas como polêmicas em regimes democráticos. Procuraremos apresentar aqui uma perspectiva diferente desses estudos.

necessidade de um partido disciplinado. Nesse sentido, entendemos que a 3ª Convenção Nacional do partido foi a culminância desse ato de disciplinarização, imposto diretamente pelo próprio presidente Garrastazu Médici (1969-1974), do qual partiu a normatização de funcionamento e a delimitação que ditariam, *grosso modo*, a atuação política da Arena até a sua extinção.

A 1ª Convenção

O golpe empresarial-militar de março/abril de 1964 produziu transformações profundas no campo da política brasileira, dentre as quais os Atos Institucionais foram provas inequívocas de que o equilíbrio entre os poderes que compunham a República deixaria de existir. Em seu lugar, ergueu-se uma ditadura marcada pela supremacia do poder Executivo e por um esvaziamento da importância dos demais poderes, processo iniciado desde os primeiros dias do novo regime, com o primeiro Ato Institucional. Em 27 de outubro de 1965, viria o Ato Institucional nº 2 que, entre outras coisas, retomava a onda repressiva, mantinha a via indireta – pelo Congresso Nacional – para a escolha do presidente e vice da República e extinguia os partidos existentes. E, por ação do Ato Complementar nº 04 (AC-nº4), de 20 de novembro de 1965, o governo estabeleceu regras para a criação de novos partidos, que resultaram na implantação do bipartidarismo, com a formação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reunindo a oposição legal, e da Aliança Renovadora Nacional (Arena), governista. Restava saber, no entanto, como essa nova agremiação partidária funcionaria no novo jogo político estabelecido pela ditadura.

Castelo Branco, que havia sido escolhido pelo Congresso Nacional o primeiro presidente da ditadura pós-1964, defendia, a despeito de todas as clivagens partidárias evidentes na coalizão golpista que lhe servia de base de sustentação no Congresso, a criação de uma "poderosa agremiação política" que congregasse as "forças revolucionárias" e prestasse apoio político ao governo. Exemplificava a sua tese discorrendo dobre a atuação do Bloco Parlamentar Renovador (BPR), um Bloco interpartidário, criado em 17 de fevereiro de 1965 com o objetivo de garantir o apoio do Legislativo às iniciativas do seu governo (LAMARÃO, 2001). Mesmo com eficácia limitada, já que atuava fundamentalmente na Câmara dos Deputados, Castelo Branco apostava que a atuação do BPR, findada formalmente com o AI-02, era um exemplo de que as forças políticas governistas poderiam atuar em harmonia.

Ao fim e ao cabo, o general-presidente estava certo quando insistia em fazer do BPR o embrião da Aliança Renovadora Nacional (Arena), o que de fato ocorreu. Se esquecia, porém, em tocar no problema das disputas políticas entre as forças que apoiaram o golpe de 1964, quer na frente composta pelos partidos – e entre as suas lideranças civis -, quer no interior dessas agremiações. Esse último retrato trouxe para a Arena, desde o seu nascimento, a necessidade de conciliar as divergências ente grupos políticos regionais e/ou municipais nas bases políticas dos estados brasileiros, fazendo da discussão das sublegendas tema recorrente entre as primeiras agendas de debates do partido.

Alguns políticos reclamaram do calendário da reorganização partidária imposto pelo AC-nº4. Mesmo assim, se em 30 de novembro de 1965 foi assinado o "Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional", cujos propósitos declarados eram o de "apoiar o Governo da Revolução" (GRINBERG, 2015: 67), o partido governista, assim como o MDB, só seria registrado formalmente no TSE em 24 de março de 1966.

A Arena já nascia com uma extensa base parlamentar, formada, especialmente, por udenistas e pessedistas, e com apoio de outras forças conservadoras e centristas que circulavam em outros partidos. Essa mesma base parlamentar, dentre outras coisas, era a garantia da sobrevivência da institucionalização construída pela ditadura para a escolha indireta do próximo presidente da República.

Com a assinatura do documento constitutivo do partido eram apresentados objetivos gerais pelos quais a agremiação se empenharia em perseguir e conquistar, e que naquelas circunstâncias adversas, faziam as vezes de programa político-partidário. Como o governo havia preservado o calendário das eleições legislativas de 1966, marcou para maio daquele ano a convocação da Convenção Nacional do partido.

A primeira Convenção Nacional da Arena ocorreu no plenário da Câmara dos Deputados. Nela, as preocupações com as relações ente os militares e o corpo de políticos civis eram evidentes. A extinção dos partidos, as eleições indiretas, as diferentes correntes partidárias, e suas distintas tendências políticas de base regional e local, se conformavam na Arena. Junto a esses temas, que transpassaram os discursos dos convencionais, havia aquele que discutia se a Arena teria alguma perenidade.

Destaca-se que a decisão mais importante do evento seria a de chancelar os novos candidatos à presidência e vice-presidência da República, os mesmos que seriam escolhidos

de forma indireta no Congresso Nacional. Assim, na Convenção Arenista de maio de 1966, Costa e Silva e Pedro Aleixo tiveram os seus nomes homologados pela Arena para os cargos de presidente e vice, respectivamente. Importa ressaltar que estiveram à frente dessa articulação no Congresso Nacional para a escolha do novo presidente o ex-udenista Daniel Krieger[2] - líder do governo no Senado e futuro presidente da Arena - e Filinto Müller, ex-senador pessedista eleito pelo Mato Grosso.

Discursando sobre a escolha do novo presidente durante a Convenção, o deputado Ernani Satyro[3] acabou produzindo reflexões que ajudam a pensar o destino político do próprio partido. Sobre o nome de Costa e Silva, disse o deputado: a "candidatura que agora indicamos à presidência da República, se recaiu na pessoa de um militar, não é uma candidatura militarista". Outros nomes foram lembrados, "civis e militares, todos eles dignos da alta investidura", mas a preferência "da grande maioria do Partido inclinou-se, através de uma consulta livre, para o nome do Ministro Arthur da Costa e Silva", fez questão de frisar[4].

Apesar do esforço de Sátyro e de outros arenistas em afirmarem a soberania política da Arena, a 1ª Convenção Arenista marcou o primeiro ato de submissão do partido em relação às decisões impostas pelas Forças Armadas. Mais do que isso, foi também a expressão da manutenção da unidade das Forças Armadas e da militarização da ocupação do executivo, passados dois anos do golpe de 1964. O momento político da 1ª Convenção não apenas materializava a derrota dos castelistas, que cediam espaço, face a vitória de Costa e Silva, ao grupo genericamente chamado de a "linha dura militar", mas afastava – pelo menos momentaneamente - outras candidaturas militares que por ventura pudessem ameaçar a coesão das Foras Armadas.

Assim, a Arena chegaria à sua 2ª Convenção Nacional, marcada para junho de 1968[5], incomodada em perceber o pouco espaço obtido até então nas grandes decisões da condução política do Brasil, mas, acima de tudo, mergulhada em incertezas sobre o papel que ocupava naquela engrenagem política.

---

[2] Na Convenção de maio de 1966, o senador Krieger acabou eleito presidente nacional da legenda situacionista.
[3] Sátyro, da Arena da Paraíba, foi o último presidente da UDN.
[4] Arena. 66.05.26.2. Cpdoc-FGV.
[5] A Lei orgânica dos Partidos Políticos, de julho de 1965, determinava convenções nacionais de quatro em quatro anos. Entretanto, ao término de dezembro de 1966, um novo Ato Complementar, que dispunha sobre a legislação relativa aos partidos políticos, apresentou, em seu primeiro artigo, que "As Organizações que se transformaram em partidos políticos nos termos do art. 16 do Ato Complementar nº 4 terão as suas Comissões Diretoras e respectivos Gabinetes Executivos, Nacionais, Regionais e Municipais, mantidos até a realização, em 1968, das convenções municipais, regionais e nacionais".

A 2ª Convenção

Nos dias 26 e 27 de junho de 1968, foi realizada, em Brasília, a 2ª Convenção Nacional da Arena. Dias antes desse evento, o partido vinha mostrando preocupações com alguns temas efervescentes daquele momento, entre os quais se destacam o desejo de maior entrosamento entre o governo e o partido que o apoiava, o incômodo problema das sublegendas eleitorais e as dificuldades que envolviam a questão educacional no Brasil, especialmente a escalada de manifestações do movimento estudantil[6].

Muitos arenistas reclamavam do isolamento da Arena, confinada apenas aos afazeres do Congresso, sem interlocuções com os órgãos governamentais e sem participação na tomada de decisões do governo. Naquele cenário de ditadura, muitos foram os que defenderam a revitalização do papel do Congresso, o que deveria ser seguido por um alcance maior da importância política da Arena. Até então, a maioria dos políticos arenistas havia incorporado o discurso de que aquele se tratava de um produto do "momento revolucionário" pelo qual o Brasil passava e que, em breve, aquela realidade política sofreria um aperfeiçoamento democrático. Havia, portanto, uma manifesta ação dessa mesma maioria arenista de compromisso com a institucionalização da "revolução" iniciada pelo governo Castelo Branco e, como talvez pensassem, naquele momento, seguida pela gestão do marechal Costa e Silva. Apostavam, sem saber no equívoco que incorriam, na esperança de que se essa mesma institucionalização avançasse, seria pelo reconhecimento da importância da Arena para o governo.

Conforme a Convenção Nacional da Arena se avizinhava, o partido esperava que o momento da reunião fosse um marco nas relações entre o governo e os arenistas. A materialização desse acerto seria a recondução de Daniel Krieger à presidência da agremiação.

O senador Krieger havia deixado a presidência quando ocorreu no Congresso um enorme impasse diante da discussão da votação do sistema de sublegendas. Krieger não havia conseguido que a bancada de seu partido formasse o quórum necessário para a votação desse projeto (KRIEGER, 1977: 307). Essa proposta permitiria que os partidos instituíssem, na forma prevista na lei, "até três sublegendas nas eleições para Governador e Prefeito[7]". Ao

[6] Ver: Arena inicia mobilização com vantagem de um dia sobre a direção do MDB. *Jornal do Brasil*. 24.4.1968.
[7] Lei Nº 5.453, de 14 de junho de 1968. **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5453.htm**. Acesso: 17.5.2016.

admitir que cada uma das legendas apresentasse mais de um candidato, o governo procurava superar possíveis problemas causados por divisões internas na Arena, sepultando, inclusive, as discussões sobre a criação de outras agremiações partidárias.

O Executivo fechou questão sobre a aprovação da instituição das sublegendas. Segundo o senador Krieger, o próprio presidente Costa e Silva se empenharia, pessoalmente, pela obtenção do quórum, para que o projeto fosse aprovado e promulgado (KRIEGER, 1977: 308).

Quando foi decretado o Ato Complementar nº 4, a formação do "partido da Revolução", a Arena, havia sido uma importante peça do projeto castelista e, apesar dos percalços quando da sua criação, ajudou a resolver, pelo menos temporariamente, as divergências regionais entre os ex-partidários da UDN e do PSD (MARTINS FILHO, 1995:81). Essas diferenças, frente às contradições do próprio regime ditatorial, voltaram a se aguçar.

O projeto das sublegendas acabou aprovado no dia 14 de junho de 1968, mas continuava um forte ponto de discordância dentro da Arena e que já tinha sido um dos motivos para Daniel Krieger optar pela renúncia à presidência do partido. Mesmo assim, era uma tentativa de solucionar mais um elemento que abalava a coesão de sua agremiação política, e a união entre essa e o governo.

Além das sublegendas, a Arena estava às voltas com o "problema estudantil". Durante a 2ª Convenção Nacional da Arena, as tensões entre o movimento estudantil e a ditadura estavam enormemente aguçadas. A escalada desse acirramento, em grande parte, relaciona-se a um trágico episódio ocorrido em março de 1968, no qual a Polícia Militar assassinou, em um restaurante no centro do Rio de Janeiro, um estudante secundarista, chamado Edson Luís de Lima Souto. Sua morte gerou profunda indignação popular e resultou em mobilizações que culminaram na Passeata dos Cem Mil, no dia 26 de junho de 1968, dia marcado para o início da Convenção arenista.

Durante a 2ª Convenção Nacional, muitos foram os que tocaram no problema enfrentado pelo governo no trato da questão estudantil, assim como tantos, incluindo o presidente Costa e Silva, foram os que falaram sobre a necessidade de se acelerar a reforma universitária. A Arena acabou por formular, na Convenção, uma declaração de princípios, falando sobre a urgência da reforma universitária.

Extrapolando esse debate, como já salientamos, a tônica central que marcaria o encontro nacional da Arena era o debate sobre a unidade partidária e, principalmente, sobre a necessidade de um maior entrosamento entre o governo e o partido. Para muitos arenistas o presidente-marechal deveria "promover a completa reformulação das relações do Governo com a classe política[8]", oferecendo à Arena maior importância dentro de seu governo. Nesse sentido, destacamos o estudo feito por Arnaldo Cerdeira[9], da Arena de São Paulo, também por ocasião da Convenção Arenista, intitulado "Exame da conjuntura político-partidária e sugestões para o seu aperfeiçoamento". Tal estudo aponta pistas interessantes para o entendimento das preocupações da Arena quanto a sua inserção no novo governo, assim como elucida outros aspectos que compreendem decisões políticas tomadas pelo partido em um futuro não muito distante. Em resumo, os principais problemas levantados pelo deputado eram: i. a inexistência de uma integração harmoniosa entre o dispositivo político da Arena com a ação administrativa do Governo; e ii. a pouca eficácia do dispositivo publicitário do Governo, que não incluía a Arena no mesmo.

Cerdeira afirmava em seu estudo que a Arena precisa de maior conteúdo promocional feito pelos diretórios dos estados, assim como necessitava que o governo federal a legitimasse com o seu braço político realizador. E apontava mais duas outras sugestões: i. a Arena precisa de coesão partidária, capaz de conferir-lhe a organicidade e funcionalidade indispensáveis à sua consolidação, na plenitude de seu contexto doutrinário e político; e ii. os recursos do fundo partidário deverão ser aplicados na propaganda doutrinária política, no alistamento e na fundação e manutenção do Instituto a que se refere o Inciso V do artigo 75[10]. Desdobremos alguns desses pontos.

Como já assinalamos, o entrosamento do governo com a Arena foi um tema central discutido pelos convencionais naquela oportunidade. E o presidente Costa e Silva havia acenado para a possibilidade dessa nova linha de condução como estratégia para reconduzir Daniel Krieger à presidência da Arena, algo que acabou por ser consolidado na própria Convenção nacional do partido. O entrosamento entre o Executivo e a Arena era uma exigência do partido, que esperava, de fato, dar o suporte político-administrativo ao governo,

[8] Arena decide ter Krieger outra vez. Correio da Manhã. 20.6.1968.
[9]Mesmo apoiando o regime ditatorial, Cerdeira acabou cassado pela Junta Militar que substituiu o presidente Artur da Costa e Silva.
[10] Arnaldo Cerdeira. EXAME DA CONJUNTURA POLÍTICO-PARTIDÁRIA E SUGESTÕES PARA O SEU APERFEIÇOAMENTO. Brasília, 26 de junho de 1968. Arena. 66.05.26.2. Cpdoc-FGV.

participando das suas decisões. Essa relação tensa, oscilante entre a submissão e a tentativa de protagonismo político, marcou boa parte da história arenista. No entanto, no curto prazo, ela viveria o seu episódio mais conturbado quando da decretação do Ato institucional nº 5.

Quanto ao dispositivo de propaganda, Cerdeira demonstrava o incômodo dos políticos da situação sobre a forma como o governo vinha lidando com a sua imagem perante a população. Afinal, por mais que os próprios arenistas não quisessem tocar no assunto, aquele era um regime ditatorial, cujos ônus de impopularidade inevitavelmente recairiam sobre o Executivo e, por extensão, a todos os que compunham a base do governo.

A década de 1960 chegaria ao fim sem que os partidos conseguissem avançar efetivamente muitas das determinações previstas pelo fundo, levando para o início da década de 1970 acalorados debates sobre esse tema. Entre os arenistas, especialmente os políticos mais eminentes nas formulações políticas e ideológicas do partido, seria preciso começar a nova década enfrentando o problema do alistamento eleitoral, da "campanha doutrinatória", da formação de novos quadros políticos e de um instituto capaz de catalisar alguns desses objetivos estratégicos do partido. O próprio presidente Médici faria coro sobre esse propósito, como se verá no seu discurso de posse e no discurso de encerramento da 3ª Convenção Nacional da Arena.

A 3ª Convenção

O AI-5 aprofundou a limitação do Judiciário e o predomínio arbitrário do Executivo, esvaziando, ainda mais, o Legislativo. Uma nova onda de expurgos e cassações se instalou sobre o Congresso Nacional e as frações mais radicais das Forças Armadas começaram a defender a necessidade de criação de um novo e confiável partido, caso o Legislativo voltasse a funcionar (SKIDMORE, 1988:166). Sabemos que o novo partido não foi criado e que, portanto, a Arena sobreviveu a essa turbulência, mas não sem algumas modificações. Será que havia uma incapacidade política da Arena em servir de base de apoio para a sustentação daquele modelo político ditatorial?

A própria dinâmica de sucessão presidencial havia interferido nesse modelo político ditatorial, do qual a Arena fazia parte. Para o projeto castelista, a existência de um partido político aglutinando forças leais ao regime parecia fazer todo o sentido. Um Congresso domesticado e um forte discurso – e também aparato - institucionalista do ponto de vista do cumprimento das normas legais estabelecidas, contemplava a classe política que havia

conspirado e/ou embarcado – em maior ou menor grau, ou tardiamente - no Golpe de Estado. Entretanto, a chegada de Costa e Silva à presidência e as pressões exercidas pelos setores ainda mais radicais – e, em alguma medida, mais nacionalistas – evidenciavam um descompromisso com a institucionalização "à moda castelista" que sobreviveu até o AI-5. Indo além, apontava para um regime cujos últimos resquícios liberais poderiam desaparecer, colocando em questão a própria sobrevivência da classe política.

Sendo verdadeiro esse entendimento do processo político, o AI-5 se tornou um ponto de inflexão para a atuação política da Arena e, em escala mais ampla, capaz de redesenhar o comportamento dos políticos e o papel da política cotidiana no regime ditatorial.

As divisões internas dentro do partido, não resolvidas completamente com a adoção das sublegendas, e alguns constrangimentos produzidos por determinados políticos da Arena, como aqueles que se recusaram a apoiar a licença para processar Marcio Moreira Alves, fizeram crer ao Executivo militarizado que só restava ao partido do governo se transformar, verdadeiramente, no "partido da Revolução" – para usar uma expressão corrente em 1969, pelos que defendiam mudanças na Arena. Assim, Costa e Silva pôde seguir com a Arena, dando início a uma reconfiguração estrutural, com uma atuação que deveria dominar o Congresso e cuja mobilização teria de arregimentar a maior quantidade possível de eleitores, fosse em eleições controladas ou não. É bem verdade que o propósito de tornar a Arena um partido governista mais sólido não se constituiria em tarefa fácil de ser executada, mas era uma ação que deveria ser realizada o quanto antes.

Depois do longo recesso imposto pelo AI-05, o Legislativo retomou as suas atividades em outubro de 1969. Pouco tempo antes, a Arena teve de se reunir às pressas para homologar o nome do novo presidente, Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), formalmente escolhido chefe do Executivo quando da reabertura do Congresso Nacional.

A Arena continuava a servir aos propósitos do projeto ditatorial, seja para manter o diálogo institucional com a oposição consentida, seja para seguir com a escolha presidencial dentro de uma lógica minimamente institucional. Dessa forma, a opção pela extinção da Arena, que chegou a ser cogitada e levada a público por alguns políticos arenistas[11], não se

[11] Ver, especialmente, as declarações de Geraldo Freire, líder da Arena na Câmara dos Deputados. Para ele, era imprescindível a criação de um novo partido para servir de suporte político ao governo: "a matriz do partido concebido pelo sr. Geraldo Freire poderia ser a própria Arena, desde que submetida a um expurgo profundo, tarefa da qual o sr. Freire, porém, não deseja encarregar-se". Ver: Condenada à sepultura. Correio da Manhã. 09.05.1969.

fez hegemônica, diferente da tese da reformulação. E o tom dessa reformulação, vinda como um alvará político de funcionamento, seria dado pelo próprio presidente Garrastazu Médici, na 3ª Convenção Nacional da Arena, em novembro de 1969.

Após a abertura do Congresso e em conformidade ao Ato Complementar nº 77 foi fixada, para 20 de novembro de 1969, a data para realização das convenções nacionais dos partidos políticos, destinada à eleição dos membros dos seus Diretórios Nacionais[12].

Foi decidido pela Comissão Executiva Nacional que encerrava a sua gestão naquela Convenção que as lideranças do partido apresentariam uma moção sobre a linha política de atuação do partido. Ficou a cargo do senador Petrônio Portella e do deputado Geraldo Freire a elaboração dessa mesma moção. Intitulada "Linha de comportamento político[13]", o documento apresentava seis orientações:

> *1º. Prestar solidariedade ao Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici e manifestar inteira confiança na sua atuação administrativa; 2º. Manter a unidade da Arena, para que ela, coesa e forte, seja sempre o suporte político da Revolução; 3º Considerar a fidelidade partidária como norma permanente de ação, discutindo e solvendo no seio do próprio partido as divergências que puderem surgir; 4º Estabelecer a constante harmonia entre a direção partidária e as respectivas representações no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores, de modo que as decisões do Partido tenham plena execução no seio de suas bancadas; 5º. Auscultar e prestigiar os órgãos regionais e municipais, para que as raízes populares do Partido sejam sempre vivas, autênticas e operantes; 6º Reunir os seus esforços aos do Governo e do Povo brasileiro, para difundir a educação, [proteger a saúde[14]], incrementar a paz social e o desenvolvimento econômico, bem como dar cumprimento a todos os demais objetivos da Revolução de Março de 1964".*

A moção de Portella e Freire ajuda a sintetizar o momento da relação ente a Arena e o governo que se iniciava, mas também aponta para elementos que fundamentariam as relações entre o regime e o partido até o final da ditadura.

O posicionamento dos dois políticos expressava os desejos da mais alta cúpula arenista, sinalizando que a linha de ação política deveria ser de apoio irrestrito ao governo Médici. Isso obrigava que as possíveis desavenças internas frente a condução ditatorial do presidente fossem resolvidas e sanadas no interior do partido que, peremptoriamente, deveria se manter coeso. De imediato, a manutenção dessa coesão remetia a questão da fidelidade partidária, algo que parecia preocupar Portella e Freire em um momento de difícil exercício da

[12] Arena, 1965.08.31. Pasta 04. Cpdoc-FGV.
[13] Moção nº 6. Arena. Arena 68.06.25. Pasta 2.
[14] Inserido à caneta no texto original datilografado. Moção nº 6. Arena. Arena 68.06.25. Pasta 2.

atividade política. Disciplinada pela Emenda Constitucional nº 1[15], a infidelidade partidária estaria consumada quando os políticos se opusessem, por atitudes ou pelo voto, "às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito". A perda do mandato decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, era a consequência mais imediata da infidelidade partidária. Por isso mesmo, a direção da Arena se propunha a "auscultar" as regiões e municípios que serviam de base ao partido, de modo a aproximar essas partes e, em contrapartida, a cobrar-lhes coerência e apoio às decisões governamentais e do Partido. Aos políticos, portanto, era franqueada a participação, desejada para que os canais de institucionalização política da ditadura fossem mantidos em funcionamento, desde que o fizessem ancorados nos princípios e objetivos da "Revolução".

Afinada com a linha política a ser adotada pelo partido, a Convenção arenista fez aprovar novos estatutos que definiram os princípios básicos da agremiação, entre os quais a "prioridade para a educação como exigência do desenvolvimento, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana". A Arena se propunha a defender, ainda, "a preservação dos fundamentos éticos da família, assegurando-lhe o condicionamento de todos os direitos decorrentes de sua existência; a valorização e a primazia do trabalho; e a continuidade do sistema democrático, realizando os ideais de justiça e fraternidade".

Criando um ambiente propício para o encerramento da Convenção, o novo presidente nacional da Arena discursou apelando para a unidade partidária e tentando reafirmar o caráter indissociável entre a Arena e o governo, ou como acresceu, entre a "Revolução e ou seu partido", cuja aliança não era por conveniência.

De tal modo, estava preparado o terreno para o discurso de encerramento da Convenção arenista, a cargo do presidente Emílio Garrastazu Médici. O jornal do Brasil assim resumiu as palavras do general-presidente:

> *"1. O Presidente afirmou o seu comando político, que não transfere nem delega a ninguém. 2. A sua filiação à Arena não é apenas um estímulo, mas um desafio de renovação de toda a política acional; 3. A Arena não será um lugar de contenda, mas um campo de discussão em favor dos interesses da pátria e do povo; 4. O objetivo de restaurar a democracia no Brasil depende muito mais doo militantes da*

[15] Capítulo III. Dos Partidos Políticos. Art. 152. Parágrafo único. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso. 05.01.2017.

> *política que do próprio presidente; 5. Os Partidos devem ser escolas de política, em que se exercite e se aperfeiçoe a dinâmica da vida democrática; 6; Os Partidos devem chegar ao poder com planos viáveis e homens capazes de empreende-los, para que não se tenha a sensação de estar começando tudo de novo; 7. Os Partidos devem chamar gente, selecionar e formar líderes, para que o delegado da vontade popular seja sempre o melhor; 8. Os partidos devem elaborar uma doutrina política brasileira, de acordo com a índole do povo; 9. Seu propósito é o da valorização e dignificação do sistema representativo brasileiro; 10. O gesto de sua filiação à Arena não é um ato de sectarismo, mas visa ao alento e à confiança, porque deseja o fortalecimento dos Partidos*[16]*".*

Esse discurso de encerramento pode ser considerado uma importante chave explicativa daquele momento político, bem como dos anos subsequentes. Exploremos alguns dos seus principais temas.

O presidente Médici iniciou o seu discurso contemporizando as relações tensas entre as quais governo e Arena vinham passando desde o governo Costa e Silva. O tempo era de olhar para o futuro, sem maldizer os erros e colocar holofotes sobre os acertos. Mas sinalizava: o tempo era de reformulação.

Muitas foram as mensagens diretas do general dadas aos políticos, emedebistas ou arenistas, mas aos últimos, anunciou qual o percurso político e estratégico que deveriam seguir a partir de seu governo.

Depois de assinar o livro de filiação partidária o presidente formalizou o seu ingresso na Arena e advertiu: "Ninguém deve concluir que a minha assinatura no livro do Partido queira dizer que, tão logo investido na Presidência, já me disponho a trocar a firmeza do capitão pela habilidade de chefe político".

Desde o momento em que foi escolhido como presidente o general Médici já vinha propalando a ideia de que era avesso a política. Em seu discurso de posse classificou-se como um homem do "campo, da fronteira, da família", que vinha do "povo, da caserna[17]", mas não como um político. Todavia, o general mostraria sim a sua vertente política ao longo de todo o seu mandato, uma vertente ditatorial é bem verdade, mas com propósitos muito bem definidos para o atingimento dos objetos estratégicos definidos pelo regime. A própria filiação ao partido era um sinal claro disso, "um ato de comando", lembrou o presidente, demonstrando que o partido era parte do jogo político que se estava tramando, não obstante as suas limitações de atuação:

---

[16] Médici convoca Arena para apoiar o seu Governo. Jornal do Brasil. 21.11.1969. p. 3.
[17] Discurso de posse do presidente Garrastazu Médici, pronunciado a 30-10-1969. Biblioteca da Presidência da República. p. 39. Retirado de: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/discurso-de-posse/discurso-de-posse/view. Acesso: 23.12.2016.

> "Este é o partido da Revolução, o agrupamento de homens a quem cumpre dar sustentação política a meu Governo - até mesmo para que a plenitude da democracia se adiante - e semear, no chão das gentes que os elegeram, as sementes da duração de nossos ideais no exercício do poder[18]".

Apesar desse voto de confiança no partido, segundo o presidente, a Arena deveria fazer um exame de seu próprio percurso até aquele instante. Por isso mesmo fez questão de afirmar que não colocaria na mesma vala comum o "tanto que se errou e o que de bom se fez". Certamente naquele momento de reformulação o partido não começaria do zero, mas o presidente se dizia conhecedor das inspirações que puseram em marcha o partido, mas também das suas "contradições, incoerências, culpas". Assim, aproveitou para fazer um jogo de palavras com o nome do partido:

> *"Vejo que até as palavras que escrevem o nome de nosso Partido respondem a inspirações mais profundas. Sinto que a aliança é a nossa força — a união, a harmonia, a fidelidade. Quem se tem renovador não sucumbe ao desalento, mas recomeça e reforma, rejuvenesce, restaura, revigora. Compreendo nacional, o que supera as ambições provincianas e as questiúnculas de campanário, para compor, na diversidade dos regionalismos e nas legítimas aspirações da gente de toda parte, um projeto integrado de Brasil potência. E encontro em nossa sigla a síntese e a advertência; que a ARENA não seja um lugar de contenda, antes um campo de discussão, e, sempre, o chão de gladiar em favor dos interesses da Pátria e do povo[19]".*

Médici faria do projeto "Brasil grande, potência" um dos carros chefes do plano econômico desenhado para o Brasil, algo que a propaganda oficial governamental logo chamaria de Milagre Econômico. Além disso, faria do deputado Rondon Pacheco o escolhido para a presidir a Arena, segundo o presidente, uma escolha de alguém "amadurecido no trato dos problemas nacionais sob o ângulo do Poder Executivo, e pleno de energias moças para a grande obra da renovação". Acreditava o presidente, alguém que pudesse fazer da Arena espaço para ideias e projetos que levassem ao crescimento do Brasil, não um teatro de disputas e antagonismos.

Em verdade, até então, as rupturas e desavenças no interior do partido do governo apenas atrapalhavam o andamento do poder Legislativo e a ocupação de posições nos poderes executivos nos demais níveis, obrigando o governo a elevar o tom das medidas excepcionais para debelar as possíveis crises e desafetos. Portanto, durante o governo Médici, lutava-se pela unidade da Arena para garantir que a ditadura mantivesse a sua base de

[18] Médici. Discurso pronunciado na Convenção da ARENA, em 20-11-1969. Biblioteca da Presidência da República. Retirado de: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/discurso-de-posse/discurso-de-posse/view. Acesso: 26.12.2016.
[19] Idem.

institucionalização política e, para quando julgasse oportuno, fazer dessa mesma base um elemento condutor do projeto de liberalização política. Afinal, como também fizeram os seus antecessores, o presidente Médici insistia em dizer que o propósito do seu governo era devolver a democracia plena ao país:

> *"Confirmo o meu credo democrático (...). Pretendendo deixar, ao término de meu período governamental, definitivamente instaurada a democracia em nosso País, quero deixar bem claro que o alcance desse objetivo depende muito mais dos militantes da política partidária, que do próprio Presidente da República[20]".*

Aqui o presidente Médici apresentava uma importante peça falaciosa, já que não se tratava de um regime no qual a classe política tivesse espaço aberto de manifestação, de formulação de projetos políticos, nem tão pouco pudesse concorrer em pleitos livres. A Democracia era sempre apresentada como algo desejável, inclusive desde o golpe, quando fora evocada como um valor à beira da completa deterioração. Entretanto, caso não fosse possível, o impedimento à Democracia era justificado em face a preservação da segurança nacional.

"Reconstrução da vida política", "renovação da política nacional". Estava bem claro que esse era o tema central do discurso do presidente, que procurou passar uma orientação expressa de como começar esse plano de reformulação, no qual a Arena, o partido da revolução, possuiria um papel estratégico central:

> *"Estou convencido de que a validade de um Partido Político depende do tecido de suas células, da estruturação e do bom funcionamento dos núcleos comunitários menores — do bairro, da região administrativa, do distrito, do município. Só compreendo Partidos Políticas abertos à comunidade de cada povoado, em que as gentes se reúnam como amigos, debatam os problemas locais, sejam informadas das questões dos núcleos maiores, pesquisem, estudem, aprendam, exercitem liderança, interiorizem espírito público e completem a própria formação cívica. Vejo-os escolas de política, de âmbito correspondente ao degrau da escala administrativa, escolas em que se exercite e se aperfeiçoe a dinâmica da vida democrática. (...)".*

Mais um aspecto que se depreende da fala do presidente – para seguir com as suas metáforas - é a pouca capilaridade do partido no tecido social. A ideia de que para o bom funcionamento do partido era preciso que o mesmo estivesse estruturado a partir de núcleos menores, comunitários, ajuda a evidenciar que naquele momento preocupava-se o presidente com a popularidade do governo e do partido que o apoiava. Portanto, o partido precisava criar estratégias reais para arregimentar pessoas e formar quadros políticos, para realmente construir uma real identificação popular.

[20] Idem. Ibidem.

Breves conclusões

Uma das hipóteses com a qual temos trabalhado é a de que a Arena terminou a década de 1960 e, portanto, ingressou na década de 1970, não obstante o seu êxito eleitoral, em meio a uma crise de identificação popular. Tal crise correspondia, especialmente, no medo que a Arena e seus políticos apresentavam em afastarem-se do eleitorado conforme o processo político-eleitoral avançava. Ser da Arena implicava em, de alguma forma, disfrutar dos dividendos produzidos pelo regime nos tempos em que a expansão econômica acelerada produziu alguma sensação de otimismo frente aos êxitos do "milagre brasileiro". Por outro lado, também significou colher a antipatia da parcela da sociedade que olhava de forma crítica para aquele regime ditatorial e seus apoiadores. Logo, frente a incerteza da solidez das bases políticas de seu eleitorado, a agenda de debates dos arenistas foi muito tomada por temas como o problema do alistamento eleitoral, do fundo partidário e da arregimentação política, especialmente da juventude. Daí vigorosa investida da Arena nos Cursos de Informação Política que se multiplicariam pelos estados brasileiros por toda a década de 1970.

Em outras palavras, para tentar reverter esse quadro de crise de identificação popular foi preciso a Arena lançar mão de duas vigorosas táticas. A primeira delas consistiu em produzir uma ação mais estruturada na divulgação das conquistas alcançadas pelo regime ditatorial, especialmente do campo econômico, para aumentar o nível de confiança da população nos acertos do seu presidente e no partido governista. A imprensa, naquele contexto, foi o palco privilegiado por políticos arenistas para esse tipo de promoção. A segunda, procurou enfrentar o problema da qualificação eleitoral e da formação política, buscando fazer do partido uma "escola política", como disse o próprio presidente Médici desde o seu discurso de posse: "E sinto que urge fortalecer o Partido da Revolução, para que ele seja, não só o sustentáculo deste governo, mas uma verdadeira escola de política nacional harmonizada com o pensamento revolucionário.[21]".

Ao fim e ao cabo, se tratava de colocar em prática ações já sugeridas pela Lei Orgânica dos Partidos, de 1965, e que também já haviam sido discutidas na 2ª Convenção Nacional da Arena, em 1968. Desde a posse do presidente Médici, a realização daquelas ações

[21] Discurso de posse do presidente Garrastazu Médici, pronunciado a 30-10-1969. Biblioteca da Presidência da República. p. 39. Retirado de: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/discurso-de-posse/discurso-de-posse/view. Acesso: 23.12.2016.

assumiu o tom de metas estratégicas a serem perseguidas pelo governo e pelo partido que lhe servia de base de apoio.

Quando Médici discursou na 3ª Convenção afirmou que a sua presença àquele encontro partidário pretendia consolidar uma mensagem de que era "chegado o momento da reconstrução da nossa vida política", e pediu aos partidos que elaborassem uma doutrina brasileira, consentânea com a índole do povo, a realidade do País e a marca dos novos tempos[22]". A doutrina política, que pedia o general, deveria observar as regras do jogo político impostas pelo Ato Institucional nº 5 e pela Emenda Constitucional n. 1 (ou Constituição de 1969), assim como estar devidamente ancorada nos pressupostos ideológicos da recentíssima Lei de Segurança Nacional (1969). Assim, manter-se-ia a atividade política em um Estado aparelhado dos instrumentos necessários a impor as limitações políticas e militares dos adversários e derrotar as forças que não faziam oposição dentro da legalidade prevista pelo regime.

Comentando o pronunciamento do presidente Médici, o jornalista Carlos Castello Branco enfatizou que tinha sido sim um "discurso de capitão[23]". Na prática, era a materialidade do avanço de uma logo processo de disciplinarização da Arena que atingiu o seu auge na 3ª Convenção Nacional, e que impôs ao partido do governo uma unidade de atuação no campo político e ideológico. O partido disciplinado era a tentativa de garantir o funcionamento da uma legislatura harmônica com o executivo, que placitava, em forma de lei, a chuva de decretos-lei que inundaram o Congresso durante a presidência do general Médici. Em uma noção mais ampla de atuação, era a extrapolação da própria Arena como uma entidade partidária tradicional, transformando-a em um agente executor de um projeto ideológico, cujo propósito atendia aos interesses do Estado ditatorial e dos grupos políticos organicamente a ele atrelados. Em síntese, um partido capaz de cumprir a função diretiva e organizativa, educativa e intelectual, até que os primeiros sinais de esgotamento do regime ditatorial viessem para testar a unidade do "partido da revolução".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[22] É chegada a hora da reconstrução da vida política. O Globo. 21.11.1969. p.12.

ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). CERDEIRA, Arnaldo. (verbete biográfico). Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v., il.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Retratos e fatos da história recente: perfis*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

_____. *Os militares no poder*. O ato 5. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

_____. *Os Militares no poder*. Baile das solteironas. Vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

KRIEGER, Daniel. *Desde as missões..., saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena)*, 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

LAMARÃO, Sérgio. Bloco Parlamentar Revolucionário (BPR). (Verbete temático). In Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb (Acesso em 14/03/2017).

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos (SP): Editora da UFSCar, 1995.

SKlDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1964-1985). 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.